

CANAL DIGITAL

Antonio Carlos Valente*



Os desafios para os próximos 10 anos

Os dez anos de privatização do sistema Telebrás, completados em julho, trouxeram ganhos inquestionáveis para o Brasil e os brasileiros. A democratização dos serviços de telefonia permitiu que saltássemos de 20 milhões de telefones fixos em 1998 para mais de 40 milhões hoje e de 7,4 milhões de aparelhos celulares para os atuais 135 milhões. Mais importante, possibilitou que as classes C, D e E tivessem acesso a um bem essencial numa sociedade globalizada. Esta democratização é congruente com a política econômica e social do governo, que tem conseguido bons resultados na melhoria do perfil de distribuição de renda – como atesta pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas, segundo a qual, entre 2002 e 2006, a classe média passou de 44,19% para 51,89% da população.

Cabe agora indagar como conseguiremos assegurar, para os próximos 10 anos, o prosseguimento dos avanços brasileiros em telecomunicações, com objetivos como estender a universalização obtida na telefonia a outras frentes, como o acesso à

banda larga e à TV por assinatura. O dinamismo e a rapidez da evolução das tecnologias de comunicação e informação, obviamente, apresentarão desafios constantes, que deverão ser superados à medida que surgirem. Mas é possível, hoje, antever alguns balizadores importantes para que o setor mantenha a vitalidade e continue a contribuir decisivamente para o crescimento sustentado do Brasil.

Um ponto crucial é a adequação da legislação – cuja atualização, com regras estáveis, foi fundamental como fiadora da universalização da telefonia na última década – às necessidades de um mercado que evoluiu expressivamente tanto do ponto de vista tecnológico quanto no que se refere às necessidades dos consumidores. As readequações do Plano Geral de Outorgas (PGO), em exame na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), atendem às exigências de um mercado que exige capital intensivo e flexibilidade para as fusões entre grupos, mas precisam ser acompanhadas de regras claras e isonômicas em todo o arcabouço regulatório. Regras que não discriminem os diferentes atores do setor e, ao mesmo tempo, não eliminem os avanços que o mercado, por conta própria, sedimentou ao longo dos anos.

Entre esses avanços está o impulso dado pelas empresas de telefonia e TV a cabo aos serviços de banda larga, os quais, integrados aos serviços de telefonia (e também à TV por assinatu-

ra), permitem a oferta de pacotes mais acessíveis aos consumidores. Assim, por exemplo, exigir que as empresas separem suas operações de telefonia e banda larga, como consta no projeto original de mudança do PGO, pode eliminar sinergias e impor custos que penalizarão os consumidores, especialmente os de baixa renda.

Por outro lado, uma ação que contribuiria para garantir serviços mais modernos e acessíveis ao consumidor é a atualização da Lei do Cabo e revisão de restrições impostas às operadoras de telefonia pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT) e pelos contratos de concessão, no sentido de que mais concorrentes possam oferecer TV por assinatura, independentemente de seu regime legal de concessão ou da origem de seu capital.

A TV por assinatura não acompanhou o ritmo de crescimento das telecomunicações e esse fato se deve, em grande parte, a uma legislação desatualizada, que restringe a concorrência. A possibilidade de distribuir conteúdo em vídeo, aliás, ganha novas opções com os pesados investimentos que as empresas têm feito em suas redes de banda larga, o que abre espaço para tecnologias ainda mais modernas, como IPTV (a televisão por meio da internet), e que ganham espaço nos principais países do mundo.

As tecnologias de comunicação exigem investimentos pesados, como os R\$ 141 bilhões

que, em dez anos, viabilizaram a democratização da telefonia. Regras atualizadas e que imponham menos restrições aos competidores estimularão investimentos ainda maiores, favorecendo que o crescimento registrado na telefonia fixa e móvel chegue também à banda larga e à TV por assinatura – o que tornará realidade, num futuro próximo, o Lar Digital, no qual serviços convergentes garantirão educação, empregabilidade, entretenimento, lazer, segurança e muitas outras facilidades às pessoas. Mas, para que estes benefícios atinjam todos os lares brasileiros, é necessária, além da modernização do marco legal e a isonomia entre as empresas, a revisão da carga tributária sobre as atividades e serviços do setor. Seria um estímulo similar ao das bem-sucedidas medidas de redução de impostos adotadas pelo governo para a indústria de computadores, que resultaram em explosão de vendas, especialmente para as classes menos favorecidas, e em aumento da arrecadação tributária.

O Brasil tem, hoje, oportunidade única de se firmar como uma das principais economias do planeta e, mais importante, prosseguir na trilha do crescimento com distribuição de renda. As telecomunicações dobraram sua participação no PIB (de 3,2% em 1998 para 6,2% em 2007) e trouxeram dinamismo econômico, inovação tecnológica e inclusão social. Qualidades que só sobrevivem em ambiente legal que garanta a competição em condições de igualdade.

*Presidente do Grupo Telefônica